

67%
dos TJs do país divulgam
contracheques nominais

ou seja, de
27
TJs,

18
cumprem a Lei de
Acesso à Informação

O TJ gaúcho está entre os
9
que não cumprem

OS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO PAÍS QUE DIVULGAM OS SALÁRIOS COM OS NOMES DE SERVIDORES E MAGISTRADOS



Acre



Alagoas



Amapá



Amazonas



Bahia



Espírito
Santo



Goiás



Maranhão



Mato Grosso



Minas Gerais



Santa
Catarina



São Paulo



Sergipe



Rondônia



Rio de
Janeiro



Rio Grande
do Norte



Roraima



Tocantins

CONFIRA OS TJS DO PAÍS QUE NÃO DIVULGAM OS SALÁRIOS NOMINAIS DE SERVIDORES E MAGISTRADOS (LIMITAM-SE A PUBLICAR APENAS OS CARGOS E AS REMUNERAÇÕES):



Ceará



Distrito
Federal



Mato Grosso
do Sul



Pará



Paraíba



Paraná



Pernambuco



Piauí



Rio Grande
do Sul

Fonte: Levantamento feito ontem por ZH com base nos sites dos 27 Tribunais de Justiça do país.



PÚBLICO OU PRIVADO?

- Mesmo com a sanção da Lei de Acesso à Informação, acrescida da regulamentação feita pela presidente Dilma Rousseff e da validação do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a divulgação dos nomes e salários dos servidores públicos abriu um debate sem precedentes no país.
- Defensores da plena divulgação de listas abertas com a remuneração bruta e o nome dos servidores – a exemplo do que fez o STF e o governo federal – partem do princípio de que os salários dos funcionalismo são pagos com o dinheiro arrecadado com a cobrança de impostos. Consequentemente, entendem que o cidadão tem o direito de conhecer a plena aplicação das verbas.
- Na trincheira oposta, trabalhadores do setor público protestam contra a invasão da sua intimidade.
- Alegam vulnerabilidade diante de criminosos, fomento de problemas familiares e desrespeito ao direito da privacidade.



A POSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

- Responsável por fiscalizar do Poder Judiciário, o CNJ decidiu adotar a mesma posição do Supremo Tribunal Federal (STF) e exigir, por meio de uma resolução, que todos os tribunais brasileiros publiquem os salários nominais de servidores e magistrados.
- O prazo expirou em julho de 2012, mas foi ampliado. Mesmo assim, a medida segue sendo descumprida, inclusive pelo TJ gaúcho.
- No dia 7 de março, em nova decisão, o CNJ voltou a cobrar do TJ-RS o cumprimento da ordem. A decisão foi interpretada de forma diferente e, até ontem, a questão continuava sem resolução.

O QUE DIZ A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- Em vigor desde maio de 2012, a nova lei determina a divulgação de todos os repasses e transferências de recursos públicos efetuados por órgãos municipais, estaduais e federais, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.